

Eleição e Reforma

Haverá motivos para estarmos satisfeitos com o atual sistema de governo? Terá êle garantido suficientemente as liberdades públicas? Terá facilitado uma administração honesta e eficiente? Terá concorrido para a educação democrática do povo brasileiro? Ter-nos á permitido, em summa, um desenvolvimento normal e pacífico?

Estas são as perguntas que todo eleitor consciante deverá fazer-se à véspera de um pleito, de que sairão renovadas as Assembléias Estaduais e a Câmara Federal, e em que se substituirá um terço do Senado. É certo, ou pelo menos geralmente admitido, que as instituições republicanas têm funcionado mal no Brasil. O que elas nos prodigalizaram são ditaduras e revoluções. Pouco mais do que isto registra a história política do nosso país, a partir de 15 de novembro de 1889. Poderemos contentar-nos com semelhante perspectiva? Sempre ditaduras, revoluções e golpes de Estado na Republica, quando no Segundo Império desfrutamos a paz e a liberdade? Seríamos, evidentemente, um povo desprezível, e indigno até da independencia política que temos tido, se com tal estado de coisas nos conformássemos e nada fizéssemos por voltar aos aureos tempos que já vivemos. Fomos já uma nação democrática modelar no Continente; hoje, apesar do nosso passado, achamo-nos encordoados às mais desprezíveis republiquetas americanas. Por que tal decadência? Por que tem degenerado uma nação ainda tão jovem?

Há, pois, um grave problema nacional. É econômico, é financeiro, é sanitário, é moral, mas acima de tudo isto, porque tudo abrange, está o problema político, isto é, o problema do funcionamento do poder não há quem o não sinta. Começa-se a percebê-lo no município, onde geralmente o mandonismo impera e a administração consome as magras rendas. No âmbito do Estado, amplia-se o fenômeno, mas não muda de natureza. É porém, na União, que a hipertrofia assume a sua expressão mais lata e tende a tornar-se cada vez mais perigosa, pela crescente intervenção do Estado na esfera da atividade privada. O Governo Federal tornou-se, de facto, uma tremenda ditadura, não tanto pela latitude das suas atribuições, como pela irresponsabilidade com que as exerce.

Ora, contra tal abastardamento da República, contra semelhante negação da democracia, levantou-se em armas a Nação algumas vezes, numa época em que o voto era uma irrisão. Outro recurso não havia, senão o da fôrça. Agora, porém, é o voto uma realidade. O voto vale, o voto conta-se, o voto pesa. Com o voto se deveria, pois, fazer agora a revolução, que com as armas, apesar de vitoriosas em 1930, não se pôde levar a cabo. Entretanto, estranho é o espetáculo que nos está oferecendo o próximo pleito. Não se vislumbra nele a menor preocupação no tocante à reforma das nossas instituições políticas — reforma urgente, além de necessária. A idéia andou muito, conquistou já metade da Câmara dos Deputados, senão mais, e uma boa parte do Senado e se difundiu por todas as classes sociais. Inúmeras são já as pessoas que não vêem outra solução para o problema político brasileiro. E não obstante, descontado unicamente o Partido Libertador, que não cessa de clamar pela reforma e dela faz a sua razão de ser, a idéia não impregnou a atual campanha política, a esta se mantém estranha, como indifferente lhe é, na realidade, qualquer preocupação ideológica. O que desejam os partidos, unicamente, é eleger os seus candidatos, é conquistar postos, ou de representação ou de governo. De acôrdo com a lei característica do sistema presidencial, êles são meros órgãos eletivos, e não representativos. Por isto, nesta eleição a tantos respeitos decisiva, mantêm-se êles alheios ao movimento de idéias que se está difundindo pelo País. Interrogai ao acaso dez pessoas mais ou menos esclarecidas: haverá somente uma ou duas que não reconheça o defeituoso do nosso mecanismo constitucional; mas os partidos se mantêm estranhos à questão.

Entretanto, já nesta eleição, em que a Presidência da República e o Governo do Estado polarizam todas as atenções, muita cousa se poderia fazer para dar corpo à corrente reformista. Além dos candidatos do Partido Libertador — parlamentaristas por convicção — há, entre os candidatos dos outros partidos, parlamentaristas convictos. A êles deveriam dar os seus votos todos quantos almejam, com a reforma das instituições, o saneamento dos nossos costumes políticos.